

EDUCAÇÃO

Ceará investiga desvio de dinheiro do Fundef

CPI examina denúncias como superfaturamento de cursos de capacitação de docentes nos municípios

RODOLFO SPINOLA

Especial para o Estado

Deputados cearenses estão investigando possíveis irregularidades na aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em 82 das 186 prefeituras do Estado. A partir de hoje, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para examinar as denúncias visitarão diversos municípios para verificar acusa-

ções como superfaturamento em cursos de capacitação e contratação de professores fantasmas. O presidente da comissão, deputado Paulo Linhares (PSDB), vai encaminhar convite ao ministro da Educação, Paulo Renato, para acompanhar as inspeções.

Para o deputado Artur Bruno (PT), relator da CPI, "existem indícios de superfaturamento, principalmente em relação à contratação de empresas que ministram cursos de capacitação". O secretário da Educação do Ceará, Antenor Naspolini, em depoimento à CPI, reconheceu a existência de uma "máfia agindo nas prefeituras, ministrando cursos de capacitação". Os dirigentes de duas empresas que oferecem esse serviço —

Fábio Luiz Tartuce, da União das Associações do Ensino Superior do Ceará (Unice), e Baltazar Pereira Júnior, da Fundação Escola de Gestão Pública (Fungesp) —, ao deporem na semana passada, confirmaram que essas entidades não capacitam ninguém, "apenas habilitam os professores".

Denúncias — Nos quase 100 quilos de documentos recolhidos pela Relatoria da CPI, constam denúncias que vão desde contratação de bandas de música, alugéis de veículos e prédios superfaturados até contratação de bufês para festas. "Os casos mais impressionantes ocorreram em Pacajus, onde o prefeito pagou R\$ 51 mil pelo aluguel de um cami-

nhão, no ano passado, quando um novo custava R\$ 58 mil", comentou o deputado Bruno.

Em Canindé, o prefeito, afastado no mês passado, estava pagando R\$ 2 mil a um professor de caratê, seu irmão. Já o prefeito de Santa Quitéria pagou R\$ 32.738,20 de transporte escolar em julho de 1998, em pleno recesso escolar, segundo documento do Tribunal de Contas do Município (TCM). Em Umirim, as denúncias são contra o secretário da Educação, que declarou estar pagando 200 horas-aula para os professores, quando na realidade a carga horária era de apenas 100. O relator da CPI informou que o foco das investigações vai concentrar-se na contratação dos cursos de capacitação.